

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário:

VEÍCULO: Valor Econômico	3
Título: Demanda em leilão de energia deve igualar térmicas em fim de contrato	3
Título: Hidrovias do Brasil planeja terminal de GNL no Pará	5
Título: Commodities caem sob temores com epidemia	7
Título: Estados rebatem Bolsonaro sobre ICMS de combustível	8
Título: PPI ganha status de secretaria na Economia	9
Título: Oferta da Petrobras	10
Título: Petrobras e Chevron colocam campo de Papa-Terra à venda	10
Título: FUP estima 14,7 mil adesões em greve de petroleiros	11
Título: PetroRio compra plataforma e assume campo da Dommo (ex-OGX)	12
Título: Minério cai quase 13% com coronavírus	14
Título: Curtas	16
Título: Aura Minerals fará IPO na B3 em abril e busca R\$ 800 milhões	17
Título: Danos elétricos	18
VEÍCULO: Folha de S.Paulo	19
Título: PAINELS.A	19
Título: Colunas	20
Título: Onyx descarta reforma ministerial e afirma que Weintraub fica	21
Título: Estados rebatem Bolsonaro sobre gasolina	21
Título: Em greve, petroleiros iniciam vigília em frente à Petrobras	23

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	23
Título: Estados rejeitam plano de Bolsonaro para combustíveis	23
VEÍCULO: O Globo	25
Título: Manchete: Empresas brasileiras já perderam R\$ 54,4 bi em valor	25
Título: Poxa, Petrobras	28
VEÍCULO: Correio Braziliense	28
Título: PPI terá secretaria	28
Título: Greves afetam Petrobras, Casa da Moeda e Dataprev	29
Título: Reação a mudar ICMS	30
Título: Mercado S/A	32

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/02/2020****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito****Título: Demanda em leilão de energia deve igualar térmicas em fim de contrato**

Ministério das Minas e Energia acredita que evento vai substituir geração térmica contratada até 2023

O governo prevê um volume expressivo de contratação de energia no leilão de termelétricas a gás natural e carvão marcado para o fim de abril. O Ministério de Minas e Energia (MME) está confiante de que a demanda das distribuidoras prevista para o certame será da mesma ordem dos contratos com térmicas a óleo combustível que serão encerrados a partir de 2023. Esses contratos somam algo em torno de 1.800 megawatts (MW) médios.

“O objetivo [do leilão] não é uma demanda nova. [O objetivo] é as distribuidoras declararem aquela demanda associada ao atendimento que elas têm hoje desses contratos [que vencerão a partir de 2023]. Por essa razão, entendo que haverá, sim, demanda para contratar montante de reposição”, afirmou a secretária-executiva do MME, Marisete Pereira, ao Valor.

“Estamos confiantes de que haja, sim, essa declaração de demanda, porque é uma declaração para repor contratos que hoje fazem parte do portfólio dessas distribuidoras. É montante de reposição.”

Pela legislação, a demanda a ser contratada no leilão é um somatório da declaração de necessidade de energia apresentada pelas distribuidoras. Terminou na sexta-feira o prazo para essas empresas entregarem ao MME suas declarações de demanda para o leilão de abril. Os números apresentados são mantidos em sigilo para não interferir no desempenho do leilão.

O Valor apurou que algumas distribuidoras estavam receosas com relação ao volume de energia a declarar. Isso porque o mercado delas está perdendo espaço para o crescimento dos sistemas de geração distribuída a energia solar e o aumento da migração de consumidores para o mercado livre.

Segundo ela, esses efeitos no mercado das distribuidoras devem ser considerados. Por isso, ela acredita que deva ser mantida uma regra que permite a redução do contrato da distribuidora com a térmica até determinado limite relativo à perda de mercado que ela venha a ter com a migração para o mercado

livre. Marisete ressalva: a decisão sobre a regra cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O leilão de 30 de abril será dividido em duas licitações, uma do tipo A-4 e outra do tipo A-5, que negociarão contratos para início de fornecimento de energia em 2024 e 2025, respectivamente. Poderão participar do leilão termelétricas existentes ou novas a gás natural e carvão. A ideia é que elas substituam um conjunto de termelétricas a óleo combustível que será descontratado a partir de 2023.

De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), foram cadastrados 87 projetos para os certames A4 e A-5. Para o A-4, são 76 usinas inscritas, no total de 36.224 MW de capacidade instalada. Para o A-5, são 82 empreendimentos, no total de 43.277 MW. Um mesmo projeto pode estar cadastrado para ambos leilões.

Sobre as prioridades do governo para a área de energia, o MME sabe que muitas das questões dependem do Congresso. O tema mais próximo de avançar no Legislativo é a Lei do Gás. Em processo mais lento estão o projeto de lei de capitalização e privatização da Eletrobras e a reforma do setor elétrico.

A estratégia do MME é acelerar tudo que for possível em âmbito infralegal, para estar com os procedimentos regulatórios preparados para quando houver as aprovações no legislativo. “O Congresso tem a dinâmica própria. Mas o ministério também tem a sua dinâmica e a responsabilidade de fazer a implementação de políticas públicas para as quais temos competência. Temos que trabalhar independentemente dessa pauta do legislativo”, disse ela.

Com relação à solução para a judicialização do risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês), a secretária explicou que as duas saídas possíveis agora dependem do Senado, via PL, ou da Justiça. “Precisamos de uma solução. Ou o Legislativo dá seguimento à aprovação do projeto ou o Judiciário vai dar seguimento àquilo que lhe cabe no que tange ao tratamento das liminares. Nós gostaríamos que a solução fosse ágil porque temos hoje R\$ 8 bilhões de inadimplência no mercado de curto prazo”.

Segundo ela, o ministério está estudando aperfeiçoamentos no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE, espécie de condomínio de hidrelétricas) para evitar que o problema se repita.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/02/2020****Seção: Empresas****Autor: Taís Hirata****Título: Hidrovias do Brasil planeja terminal de GNL no Pará**

A Hidrovias do Brasil, empresa de logística controlada pela gestora Pátria Investimentos, se prepara para abrir uma nova frente de operação logística no Norte do país, voltada à distribuição de gás natural na região.

A ideia é construir um terminal de Gás Natural Liquefeito (GNL) em Barcarena, no Pará, onde o grupo já possui um terminal de uso privado (TUP) voltado a outras atividades, como grãos e fertilizantes. A nova estrutura deverá incluir espaços para atracação de navios, armazenagem e regaseificação.

O grupo já tem as licenças necessárias para tocar o projeto, afirmou o presidente da companhia, Bruno Serapião. “Neste momento, estamos desenvolvendo parceiros que vão utilizar esse gás. No curto ou médio prazo, vamos anunciar uma parceria estratégica de longa duração”, disse o executivo.

A iniciativa da empresa tem como pano de fundo uma transformação na matriz elétrica no Norte do país. Hoje, grande parte dessa região não está conectada às linhas de transmissão do Sistema Interligado Nacional (SIN) e, por isso, depende da geração local de térmicas movidas a óleo diesel. O objetivo do governo federal é substituir essas usinas por outras, movidas a gás natural - combustível mais barato e menos poluente que o diesel.

“Há muitas usinas que terão que mudar para o gás natural, e queremos participar dessa logística”, afirma Serapião.

Neste ano, estão programados dois leilões para contratar usinas a gás e substituir térmicas a diesel, cujos contratos de venda de energia terminam em 2023.

“A estrutura em Barcarena vai ser modificada em breve para atender [esse mercado] e, depois, dependendo de onde o cliente quiser ir, vamos olhar outros terminais. Aí pode ser aquisição, terminal do cliente, terminal novo, vai depender muito”, diz ele.

A Hidrovias do Brasil já tem atuação forte na região, para o transporte de grãos e fertilizantes - e que segue em expansão. Desde 2017, também movimentava bauxita por meio de navegação costeira no Pará.

Além da operação Norte, o grupo tem uma estrutura logística consolidada ao Sul, em um corredor que passa por Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Nessa rota, são transportados grãos, fertilizantes, minério de ferro, celulose, entre outros.

Ao todo, a companhia teve receita de R\$ 272 milhões no terceiro trimestre de 2019. No acumulado do ano passado até setembro, o faturamento da empresa foi de R\$ 716,75 milhões.

O grupo também acaba de firmar um novo contrato para operar mais um terminal, no porto de Santos (SP), que irá movimentar fertilizantes e sal.

Esse novo arrendamento não representará uma nova unidade de negócio para a empresa - como é o Norte e o corredor Sul -, mas vai agregar negócios às operações já existentes. O primeiro contrato de longo prazo já foi firmado, por 20 anos, com a Salinor. A ideia é transportar sal desde o Rio Grande do Norte, onde o cliente atua, até o mercado consumidor paulista.

Há ainda outras negociações “avançadas” em curso com potenciais clientes, diz o executivo.

Participar de novos leilões de terminais portuários segue no radar da companhia, que tem acompanhado os projetos de arrendamento do governo federal. “É uma alternativa para portos onde terminais privados não são viáveis. Mas [esse movimento] estará sempre alinhado com as necessidades dos clientes”, afirma.

Em paralelo aos planos de expansão, a Hidrovias do Brasil trabalha com um projeto para desenvolver empurradores (uma espécie de barco que “empurra” diversas barcas, formando um comboio) elétricos.

“Nossa intenção é colocar o primeiro empurrador elétrico do mundo em águas amazônicas. Isso já é possível com a tecnologia atual”, diz a diretora de engenharia do grupo, Mariana Yoshioka.

O objetivo é que o projeto, desenvolvido com outros parceiros, saia do papel até 2022 e tenha custo igual ao de um empurrador regular - para que seja viável adotar o modelo na frota da empresa. A perspectiva, com isso, é reduzir custos operacionais com combustíveis em 30%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/02/2020****Seção:****Autor: Stella Fontes e Assis Moreira****Título: Commodities caem sob temores com epidemia**

Minério de ferro, um dos principais produtos da balança comercial brasileira, voltou a ser negociado a US\$ 80 a tonelada, a menor cotação em um ano

O avanço da epidemia provocada pelo coronavírus na Ásia e seus impactos sobre a China, segunda maior economia do mundo, derrubaram fortemente os preços de commodities como o petróleo e o minério de ferro. O petróleo tipo Brent fechou em queda de US\$ 2,17 ou 3,8%, a US\$ 54,45 o barril, menor cotação desde janeiro de 2019. O surto resultou na maior queda mensal do preço do petróleo em 30 anos. No ano, a cotação do barril cai 17,92%.

O minério de ferro, um dos principais produtos da balança comercial brasileira, voltou a ser negociado a US\$ 80 a tonelada, a menor cotação em um ano. A perda acumulada em 2020 já é de 13%. Segundo a publicação especializada “Fastmarkets MB”, na sessão de ontem, a tonelada do minério com 62% de pureza no porto de Qingdao foi negociada a US\$ 80,38, com desvalorização de 5,37% frente à cotação de sexta-feira.

A epidemia já matou 425 pessoas na China, além de uma nas Filipinas. O total de casos confirmados no mundo era ontem de 20.202, sendo 20.014 na China.

O governo chinês acusou os Estados Unidos de disseminarem pânico quanto ao surto do coronavírus na Ásia. Hua Chunying, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, disse que as ações dos EUA “só podem criar e espalhar o medo” em vez de oferecer assistência aos chineses. Pequim destacou que os EUA foram o primeiro país a proibir a entrada de viajantes chineses e também o primeiro a sugerir a retirada parcial de seu pessoal da embaixada.

“São precisamente países desenvolvidos como os EUA, com forte capacidade de prevenção de epidemias, que assumiram a liderança na imposição de restrições excessivas, contrárias às recomendações da Organização Mundial da Saúde”, afirmou o porta-voz. O **Valor** apurou que a escalada política continuou no conselho executivo da OMS, que está reunido nesta semana em Genebra.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/02/2020****Seção: Brasil****Autor: Marta Watanabe, Malu Delgado e Lu Aiko Otta****Título: Estados rebatem Bolsonaro sobre ICMS de combustível**

23 governadores dizem que governo federal não pode tratar sobre tributação ao consumo

Em documento divulgado pela assessoria de alguns governos estaduais, 23 Estados responderam aos tuítes postados ontem pelo presidente Jair Bolsonaro sobre cobrança de ICMS nos combustíveis. Os governadores se disseram interessados em viabilizar a redução de preços dos combustíveis, mas declararam que o assunto precisa ser debatido em “fóruns apropriados”.

Os 23 governadores disseram ainda que não cabe à esfera federal estabelecer tributação sobre consumo e que a União é que deve abrir mão das receitas de PIS, Cofins e Cide provenientes de operações com combustíveis. Segundo os Estados, essas cobranças federais têm impacto de 15% no preço final do combustível ao consumidor. Os quatro Estados que não assinaram a carta foram Acre, Tocantins, Rondônia e Goiás.

Nos tuítes, o presidente Bolsonaro declarou que, apesar das três reduções consecutivas nos preços da gasolina e do diesel nas refinarias, os preços dos combustíveis nos postos não diminuíram. Segundo ele, isso acontece porque os Estados cobram o ICMS calculado sobre os preços médios das bombas. Bolsonaro sugeriu nas mensagens a mudança da legislação para cobrar um ICMS fixo por litro.

Na carta, os 23 governadores afirmaram que os Estados têm autonomia para definir alíquotas de ICMS e que os combustíveis respondem em média por 20% do total da arrecadação do imposto. Os Estados alegaram ainda que o governo federal controla os preços nas refinarias e obtém dividendos com sua participação indireta no mercado de petróleo. Por isso, seria necessário que a União explique e reveja a política de preços praticada pela Petrobras.

A carta é uma forte resposta política dos governadores não somente à questão dos combustíveis, mas também cobrando uma atitude responsável da Presidência para o debate sobre impostos e forçando o governo federal a se comprometer com a reforma tributária. O governo federal protelou, por meses, o debate da reforma tributária, a despeito de haver consenso inédito entre os 27 secretários da Fazenda sobre a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Já na primeira semana do ano, quando a tensão entre Irã e Estados Unidos fez disparar os preços do petróleo, Bolsonaro indicou que a redução de preços da gasolina na venda ao consumidor final dependeria dos Estados. Na semana passada o assunto foi debatido em Brasília no Comsefaz, comitê que reúne os secretários de Fazenda. Na reunião, 18 secretários assinaram um documento declarando que eventual alteração unilateral da cobrança do ICMS sobre combustíveis pelo governo federal quebraria o “já frágil pacto federativo”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/02/2020

Seção: Brasil

Autor: Lu Aiko Otta

Título: PPI ganha status de secretaria na Economia

Mesmo com saída do órgão da esfera da Casa Civil, a secretária Martha Seillier será mantida no cargo

Responsável por coordenar os preparativos técnicos para concessões e privatizações, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) será convertido em uma nova secretaria especial do Ministério da Economia, após deixar a Casa Civil. A atual secretária, Martha Seillier, continuará no cargo. A mudança foi decidida numa reunião do ministro da Economia, Paulo Guedes, com Martha e o secretário de Desestatização, Desinvestimentos e Mercados, Salim Mattar. A orientação do ministro ao PPI foi “maximizar esforços” com a área de Salim “para acelerar o programa de privatização de empresas estatais”.

O status de secretaria especial dá mais peso ao PPI do que indicavam as conversas de bastidor na semana passada. Até então, um desenho provável seria a transferência da estrutura, ou parte dela, para a secretaria de Salim - que, apesar do nome, não tem uma estrutura dedicada às privatizações. A decisão demonstra a importância atribuída pelo ministro Guedes aos trabalhos técnicos do PPI.

A mudança reforça o papel central ocupado pelo Ministério da Economia na geografia da Esplanada dos Ministérios. Em tese, reduzirá atritos na área técnica. Quando subordinado à Casa Civil, o PPI era acusado pela área econômica de “travar” as privatizações. Tentava impor sua posição sem, porém, ter força para tanto. Com isso, os processos atrasavam.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/02/2020****Seção: Destaques****Autor:****Título: Oferta da Petrobras**

A oferta de ações da Petrobras, em que o acionista vendedor é o BNDES, será precificada amanhã, e tem excesso de demanda de mais de três vezes o volume ofertado, conforme duas fontes ouvidas pelo Valor. O livro tem reservas de estrangeiros, investidores institucionais brasileiros e também está atraindo investidores de varejo. A avaliação média é que algum desconto natural do follow-on, aliado à desvalorização recente da bolsa, abre oportunidade nas ações ordinárias. Em um relatório, a Nord Research indica a compra pelo varejo, por considerar que a ação ordinária a cinco vezes o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, na sigla em inglês) é barato. A casa pondera que o Ebitda vem crescendo cerca de 10% ao ano e tende a continuar com aumento de produção projetada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/02/2020****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e Raquel Brandão****Título: Petrobras e Chevron colocam campo de Papa-Terra à venda**

A estatal brasileira é operadora da área com 62,5% de participação

A Petrobras e a Chevron colocaram à venda suas respectivas participações no campo de Papa-Terra, na Bacia de Campos. Em operação desde 2013, o campo, situado no bloco BC-20, produziu 17,3 mil barris de óleo equivalente (BOE) diários de petróleo e gás natural no ano passado.

Operadora com uma participação de 62,5% no campo, a estatal brasileira anunciou ontem pela manhã o início da etapa de divulgação de oportunidade ("teaser"), o primeiro passo do processo de venda de ativo.

"Essa operação está alinhada à otimização do portfólio e à melhoria de alocação do capital da companhia, visando à maximização de valor para os seus acionistas", informou a Petrobras, em nota.

Na mesma linha, a petroleira americana informou ontem ter colocado à venda sua participação de 37,5% em Papa-Terra. Segundo a empresa, a medida está de

acordo com os esforços contínuos da companhia para gerenciar seu portfólio global.

A Chevron, no entanto, destacou que mantém os planos de aumentar seus negócios no Brasil. “A Chevron reitera seu compromisso em aumentar sua presença no Brasil através dos blocos do pré-sal adquiridos nas rodadas de licitação de 2018 e 2019. Os recursos do pré-sal do Brasil, reconhecidos mundialmente, desempenham um papel importante na estratégia de exploração e produção global da Chevron”, destacou a companhia, em nota.

Segundo a Petrobras, a produção em Papa-Terra atualmente se dá por meio de três poços produtores, quatro injetores e duas plataformas: a P-61, do tipo “TLWP” (ancorada por tendões de aço fixados no subsolo marítimo) e P-63, do tipo “FPSO” (plataforma flutuante de produção e armazenamento de petróleo e gás natural), onde é realizado o processamento de toda a produção.

A companhia acrescentou que há um potencial de aumento de produção estimado de 9,4 milhões de BOE diários, com a completação de um novo poço.

O contrato de concessão da área tem vigência até 2032.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/02/2020

Seção: Empresas

Autor: Alessandra Saraiva

Título: FUP estima 14,7 mil adesões em greve de petroleiros

Paralisação começou no sábado e protesta contra demissões na Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná

A greve dos petroleiros, iniciada no sábado, já tem a adesão de cerca de 14,7 mil funcionários da Petrobras, em 17 bases da companhia, em doze Estados, de acordo com cálculos da Federação Única dos Petroleiros (FUP). A expectativa da entidade é que, como o movimento teve início no fim de semana, o número aumente nos próximos dias.

A FUP informou ainda que, desde a última sexta-feira, uma comissão permanente de negociação formada por diretores da entidade e do Sindiquímica-PR ocupa “de forma pacífica”, na avaliação da instituição, uma sala do edifício sede da Petrobras, no centro do Rio. A petroleira a princípio teria desligado energia elétrica e água do andar onde está a sala - mas a Justiça determinou religamento dos serviços, sob pena de multa de R\$ 100 mil por hora de não-fornecimento, de acordo com a FUP.

Na semana passada, trabalhadores dos 13 sindicatos dos petroleiros ligados à FUP concluíram assembleias em que aprovaram o indicativo de greve. A paralisação é por tempo indeterminado e o motivo da greve são as demissões na Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen-PR), prevista para ser desativada, e o descumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). De acordo com a entidade sindical, a cláusula 26 do ACT da Araucária Nitrogenados impede que a empresa promova demissões em massa sem negociação prévia com o sindicato.

A FUP e os sindicatos associados enviaram comunicado à gestão da Petrobras, e suas subsidiárias, informando sobre início da greve. A entidade acrescentou que os petroleiros irão garantir o abastecimento da população, durante todo o movimento grevista.

Procurada pelo **Valor**, a Petrobras informou considerar “descabido” o movimento grevista anunciado pela FUP. “As justificativas são infundadas e não preenchem os requisitos legais para o exercício do direito de greve. Os compromissos pactuados entre as partes vêm sendo integralmente cumpridos pela Petrobras em todos os temas destacados pelos sindicatos”, afirmou a empresa.

Para a petroleira, ao anunciar greve, as entidades sindicais “não demonstram intenção de buscar consenso e avançar por meio do diálogo”. “A Petrobras reitera sua boa-fé negocial e permanece disposta a analisar as propostas que venham a ser recebidas dos sindicatos, nos termos e prazos acordados no TST [Tribunal Superior do Trabalho]”, afirmou a estatal. “Reiteramos, ainda, o compromisso absoluto da companhia com a segurança das operações e o respeito às pessoas e ao meio ambiente; assim como o compromisso com o abastecimento ao mercado”, completou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/02/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: PetroRio compra plataforma e assume campo da Dommo (ex-OGX)

A PetroRio anunciou, ontem, a compra do campo de petróleo de Tubarão Martelo, na Bacia de Campos, e do FPSO (plataforma flutuante) que opera na área. A empresa pagará US\$ 140 milhões à OSX 3 Leasing B.V., pela embarcação, e assumiu os custos operacionais e compromissos de investimentos junto à Dommo Energia (ex- OGX), pela compra de 80% da concessão de Tubarão Martelo.

O presidente da PetroRio, Nelson Queiroz Tanure, disse que, com a nova aquisição (a terceira da empresa desde 2017), a petroleira vai mais que quadruplicar as suas reservas, de 12 milhões para 52 milhões de barris. Já a produção vai aumentar de 30 mil barris/dia para cerca de 40 mil barris diários.

A expectativa é que os novos ativos tragam também economias. A ideia é interligar os campos de Tubarão Martelo e Polvo, operado pela companhia desde 2013, e produzir as duas concessões por meio do FPSO adquirido. Com isso, a PetroRio vai dispensar a plataforma de Polvo, da BW Offshore, ao fim do contrato de afretamento da unidade, em meados de 2021.

Tubarão Martelo e Polvo estão cerca de dez quilômetros distantes uma da outra. Juntas, elas podem produzir cerca de 20 mil barris/dia a partir de 2021. O FPSO OSX 3, um dos primeiros projetos da OSX (braço naval do antigo Império X, de Eike Batista) tem capacidade para 100 mil barris diários.

“A nossa ideia é criar um polo de produção na região, um cluster de produção. Esse é um conceito comum em mercados como Golfo do México e Mar do Norte. Temos estudado experiências fora do Brasil e queremos criar um polo privado aqui”, disse o executivo.

O **Valor** apurou com fontes do mercado que a liberação do FPSO de Polvo pode representar uma economia de US\$ 40 milhões a US\$ 50 milhões ao ano à PetroRio. A empresa estima que os custos operacionais somados de Polvo e Tubarão Martelo, atualmente em mais de US\$ 200 milhões/ano, podem cair US\$ 70 milhões/ano, depois de implementadas sinergias logística e operacional dos dois ativos. Os custos de produção do novo polo são estimados pela PetroRio em US\$ 15 por barril.

A empresa recorreu a recursos próprios e a um financiamento da Prisma Capital, no valor de US\$ 100 milhões, para a aquisição do FPSO. Tanure garante que a operação foi feita dentro de um “nível administrável” de alavancagem.

Pela compra do campo de Tubarão Martelo, por sua vez, a petroleira assumiu compromisso para investir entre US\$ 50 milhões e US\$ 60 milhões na interligação dos campos. Pelo acordo com a Dommo, que manteve 20% de Tubarão Martelo, a PetroRio bancará 100% dos custos de operação do campo, com direito a comercializar inicialmente 80% do óleo produzido. Após a interligação das concessões, prevista para meados de 2021, a empresa ficará com 95% do novo polo integrado, enquanto a Dommo ficará com 5%.

“Manter a Dommo como sócia minoritária é positivo para nós. Eles operaram o ativo nos últimos anos e foram resilientes ao longo desse tempo. Conhecem a geologia do ativo e maximizaram os recursos”, afirmou Queiroz Tanure.

O negócio marca uma parceria entre antigos oponentes. PetroRio (ainda chamada HRT na época) e Dommo (então OGX) chegaram a travar, na Agência Nacional do Petróleo (ANP), uma disputa na região. Em 2014, a OGX anunciou a intenção de uma nova fase de produção em Tubarão Martelo, a partir de uma descoberta na fronteira com a área de concessão de Polvo. A HRT recorreu então ao órgão regulador, por entender que o prospecto avançava para dentro dos limites de sua concessão e que o projeto deveria passar por uma unitização (união dos dois campos num projeto único de produção).

Segundo Queiroz Tanure, a parceria entre as duas empresas, pacifica a questão. Tubarão Martelo produz 5,7 mil barris/dia, mas a expectativa é que o ativo possa chegar a 10 mil barris/dia, após uma campanha de revitalização.

Com a aquisição, a PetroRio passa a deter quatro ativos operacionais. Desde 2017, a companhia tem mantido uma estratégia de aquisição ativa. Nos últimos três anos, comprou a Brasoil - que lhe garantiu uma fatia de 10% no campo de gás natural de Manati, na Bacia Camamu-Almada - e 100% de Frade, na Bacia de Campos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/02/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes (Com agências internacionais)

Título: Minério cai quase 13% com coronavírus

Petróleo também seguiu em queda e ontem o Brent perdeu mais 3,8%, para US\$ 54,45 o barril.

As incertezas quanto aos efeitos do surto de coronavírus na economia chinesa e mundial levaram as commodities ontem a uma forte perda de valor. O minério de ferro voltou a ser negociado na casa dos US\$ 80, a menor cotação em um ano e uma perda acumulada de 13% em 2020. O petróleo tipo Brent, referência mundial, fechou a segunda-feira a US\$ 54,45, o valor mais baixo desde janeiro de 2019. No ano, a cotação do barril cai 17,92%, a maior queda mensal em 30 anos. As principais commodities metálicas, como cobre, alumínio e níquel, também foram afetadas pelo pessimismo do mercado e há uma semana registram perdas na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês).

Os preços do minério de ferro caíram com força no mercado transoceânico, no dia que marcou a retomada das negociações na China após o feriado prolongado do Ano Novo Lunar, iniciado em 25 de janeiro. Um dos principais produtos da balança comercial do país, a matéria prima para o aço recuou mais de 14% na

comparação com a cotação da véspera do feriado, no dia 24 de janeiro. Segundo a publicação especializada “Fastmarkets MB”, na sessão de ontem, a tonelada do minério com 62% de pureza no porto de Qingdao foi negociada a US\$ 80,38.

Desde quarta-feira da semana passada, no entanto, apesar da baixa liquidez, a Fastmarkets reportava a movimentação dos preços da commodity. Naquele dia, o preço à vista já havia encolhido US\$ 6,87, para US\$ 86,84 a tonelada. Ontem, a desvalorização frente a sexta-feira passada foi de 5,37%. Com esse desempenho, em 2020, o minério acumula desvalorização de 12,75%.

O fato de muitas empresas terem optado por postergar a data de retorno às operações normais na China, à espera de que o surto esteja controlado, deve seguir pressionando os preços da commodity nas próximas sessões. A China é a maior produtora de aço do mundo e principal destino das exportações brasileira de minério de ferro.

Já os preços do petróleo recuaram para os menores níveis em mais de um ano, em um mercado dividido entre a realidade da redução de demanda da China e a esperança de novos cortes de produção pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e aliados. O consumo de combustíveis na China, maior importador de petróleo do mundo, já teria caído 20% desde o surgimento do surto. Segundo informou a Bloomberg na noite de ontem, os grandes importadores de gás natural liquefeito (GNL) chineses avaliam declarar força maior para suspender as entregas já contratadas por conta da queda no consumo interno.

Referência mundial, o barril do petróleo tipo Brent fechou em queda de US\$ 2,17, ou 3,8%, cotado a US\$ 54,45 (no segundo contrato referente a abril), menor cotação desde janeiro de 2019. “Nós nunca vimos um evento de destruição de demanda nessa escala e se movendo tão rapidamente”, disse Phil Flynn, analista do Price Futures Group em Chicago, à agência Reuters.

Representantes da Opep e países aliados vão se reunir entre hoje e amanhã para discutir medidas para reverter a desvalorização do óleo, incluindo cortes na produção. A Arábia Saudita defende um corte de 500 mil barris por dia na produção de petróleo dos membros da Opep, como resposta ao impacto da epidemia do coronavírus na demanda global, segundo fontes do cartel ouvidas pelas agências internacionais. Outra possibilidade seria um corte temporário de 1 milhão de barris/dia pelos sauditas para sacudir o mercado, acrescentaram outras fontes.

Num movimento raro, o líder saudita Salman bin Abdulaziz conversou por telefone com o presidente russo, Vladimir Putin, em busca de soluções para evitar o excesso de oferta e reequilibrar o mercado neste cenário de incertezas. Ambos

demonstraram “disposição para continuar a cooperação” no contexto da Opep + (que inclui a Rússia).

A Opep e seus aliados iniciaram recentemente discussões para uma nova rodada de cortes mais profundos na produção, a última etapa de um esforço de três anos para impedir que os abundantes suprimentos de xisto dos Estados Unidos colocassem o mercado global em risco. Mas as perspectivas se deterioraram rapidamente nas últimas semanas devido ao coronavírus.

“O mercado precisa de garantias de que a equação oferta/demanda permanece equilibrada para que os preços cheguem a um piso. Isso sugere comprometimento da Opep não apenas com a extensão dos cortes de oferta, mas até mesmo com a implementação de cortes ainda mais profundos a partir de março”, disse Hussein Sayed, analista da FXTM, à Reuters.

Entre as principais commodities metálicas, o cobre apresentou a maior queda na semana passada. O contrato para três meses na LME fechou ontem cotado a US\$ 5.600, uma queda acumulada desde o início da semana passada de 6,80%. Em relatório divulgado ontem, segundo a Bloomberg, o Citi reduziu as projeções para as cotações de cobre, alegando que o coronavírus “mudou drasticamente” as perspectivas econômicas mundiais.

O contrato do alumínio para três meses terminou a segunda-feira a US\$ 1.718, uma perda de cerca de 3,50% desde o dia 27 de janeiro. O níquel para três meses tem uma queda acumulada de 2,30% desde o início da semana passada. Ontem foi cotado a US\$ 12.835 a tonelada

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	04/02/2020
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

Gaspetro sem definição

A Petrobras ainda não definiu o modelo de venda de sua participação de 51% na Gaspetro. Segundo a estatal, os estudos para a alienação já foram iniciados, mas a maneira como a venda será feita ainda não foi aprovada. A operação envolvendo a Gaspetro faz parte dos compromissos assumidos pela Petrobras no Termo de Compromisso de Cessação assinado com o Cade para promover a concorrência no setor de gás natural no país.

Bacia do Pará-Maranhão

A Petrobras iniciou a etapa de divulgação da oportunidade referente à venda de parcela de sua participação de blocos exploratórios, pertencentes às concessões

BM-PAMA-3 e BM-PAMA-8, localizadas na Bacia do Pará-Maranhão. A companhia é operadora dos blocos, com 100% de participação na concessão BM-PAMA-3 e 80% de participação na concessão BM-PAMA-8, em parceria com a chinesa Sinopec.

Demissões na Celesc

A Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) informou que o plano de demissão incentivada (PDI) proposto aos empregados da subsidiária integral Celesc Distribuição tem 230 desligamentos previstos, correspondente a 3% do quadro atual de funcionários. A empresa informa que fez provisionamentos de R\$ 35,8 milhões no quarto trimestre de 2019 e de R\$ 87,2 milhões em todo o ano. A estimativa da companhia é de uma economia de R\$ 48,8 milhões, para os próximos cinco anos. De 2016 a 2019 já foram efetivados no PDI o desligamento de 639 empregados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/02/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes

Título: Aura Minerals fará IPO na B3 em abril e busca R\$ 800 milhões

Maior acionista da Aura é o empresário brasileiro Paulo Carlos de Brito; oferta é programada para abril

A mineradora Aura Minerals, dona de sete minas de ouro e cobre em países da América Latina, prepara sua listagem na bolsa brasileira, apurou o **Valor**. A empresa tem escritório central na Flórida, nos EUA, já é listada na bolsa de Toronto e agora listará Brazilian Depositary Receipts (BDRs) na B3, com nova captação. O maior acionista da Aura é o empresário brasileiro Paulo Carlos de Brito.

Há quase três anos não acontece uma oferta pública de BDR no país. O objetivo é levantar R\$ 800 milhões com a operação, conforme duas fontes. A oferta está prevista para abril. “É um novo IPO, para a empresa ter dupla listagem”, diz uma fonte próxima ao processo. A Aura contratou três coordenadores para a operação: Itaú BBA, XP Investimentos e Credit Suisse.

A Aura já tem operações no Brasil. Na produção, a companhia opera, no Estado do Mato Grosso, o complexo Ernesto/Pau-a-Pique; a mina San Andres, em Honduras; e a mina Aranzazu, no México. Em desenvolvimento, tem outros

quatro projetos: é dona das minas de ouro Almas (Tocantins); Matupa e São Francisco (ambas no Mato Grosso); e Tolda Fria (Colômbia).

Brito é presidente do conselho da Aura e, por meio da Northwestern Enterprises, detém pouco mais de 50% da companhia. Ele fundou e comandou diversas companhias do setor de mineração ou ligadas a commodities em geral - fundou a Cotia Trading, a Mineração Santa e a Biopalma da Amazônia. Na Toronto Stock Exchange, a Aura tem valor de mercado de 122 milhões de dólares canadenses - correspondente a cerca de R\$ 380 milhões. Além da captação de recursos, a listagem no mercado brasileiro visa dar liquidez aos papéis, conforme uma fonte.

Procurada, a Aura não deu retorno até o fechamento desta edição. A última oferta de BDR no país foi em julho de 2017, da farmacêutica Biotoscana. Nos últimos dez anos, foram apenas duas listagens - problemas com algumas listagens de BDRs, como Agrenco e Laep, além da pouca liquidez desses papéis em outras listagens reduziram esse perfil de operação e levaram a uma série de mudanças de regulação nos últimos anos.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	04/02/2020
Seção:	Legislação
Autor:	
Título:	Danos elétricos

A juíza da 6ª Vara Cível de Brasília determinou que a Companhia Energética de Brasília (CEB Distribuição) deve restituir, de forma regressiva, a seguradora Porto Seguros Companhia de Seguros por danos elétricos causados na residência de um segurado da empresa, em novembro de 2015. Consta nos autos que, devido a oscilações de energia elétrica, o consumidor teve diversos danos em equipamentos de sua casa, acarretando prejuízo de R\$ 3,4 mil. O valor lhe foi ressarcido pela seguradora. A Porto Seguros sustenta que a CEB é responsável pelo evento danoso, uma vez que houve falha na prestação do serviço e, portanto, deve ressarcir-la do valor repassado ao cliente. A CEB, por sua vez, declarou que se submete a regulamentações da Aneel e que possui sistema que gera relatórios sobre as oscilações na rede, os quais não detectaram qualquer problema na data informada pela seguradora, o que afastaria sua responsabilidade. Segundo a empresa, danos em equipamentos elétricos podem ser causados por descargas atmosféricas nas instalações elétricas internas do consumidor, que deve possuir as adequações devidas, pois do contrário não suportam tais eventos. Na decisão, porém, a julgadora levou em consideração que a seguradora levou relatos documentados de que ocorreram chuvas,

relâmpagos e até queda de raios no local e dia do sinistro objeto dos autos. “Os documentos, subscritos por técnicos da autora, atestam que a culpa pelo ocorrido seria da companhia energética requerida”, diz a juíza. Cabe recurso da sentença.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Data: 04/02/2020

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: PAINELS.A.

Sem gás

A Petrobras deve receber um alerta do Cade nas próximas semanas pelo não cumprimento de parte dos termos firmados em um acordo com a autarquia no ano passado para o processo de desinvestimento no setor de gás natural. A estatal havia se comprometido a indicar conselheiros independentes para empresas em que tem participação. Faltam pelo menos duas vagas na TBG (Transportadora do Gasoduto Bolívia-Brasil) e o atraso já pode levar o Cade a estudar multa.

Outro lado

Procurada, a Petrobras afirma que “cumpriu integralmente o compromisso com o Cade, no prazo estabelecido”. A estatal diz que já indicou um conselheiro independente, cujo mandato começou no dia 1º de janeiro. Os dois restantes, por sua vez, estão “em fase de trâmites de indicação e eleição”, de acordo com a companhia.

Parado

A greve dos petroleiros, iniciada no sábado (1º) pode crescer nos próximos dias. Segundo a FUP (Federação Única dos Petroleiros), os trabalhadores de 20 plataformas já têm aprovação para aderir ao movimento e falta apenas a orientação do Sindipetro do Norte Fluminense.

Bomba

A Ipiranga diz que acaba de concluir negociação para embandeirar os 28 postos da rede S-3 na grande São Paulo. Segundo a empresa, com a expansão, serão 23 novas lojas de convivência e 19 pontos de atendimento automotivo.

Sol

A Sabesp assina nesta terça (4) os contratos para construir três usinas fotovoltaicas que vão fornecer energia para as estações de tratamento de esgoto em Presidente Prudente, Paraguaçu Paulista e Euclides da Cunha Paulista.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Data: 04/02/2020

Seção:

Autor: Camila Mattoso, com Mariana Carneiro e William Cardoso

Título: Colunas

Reação em cadeia

As declarações de Jair Bolsonaro atribuindo a culpa pelo alto preço dos combustíveis aos Estados foram interpretadas pelos governadores como um ataque institucional e geraram uma rápida e intensa reação. Em um grupo de Whatsapp, a mobilização começou com João Doria (PSDB-SP), seguido por Wilson Witzel (PSC-RJ) e Helder Barbalho (MDB-PA). O paulista e o paraense chamaram o ato de Bolsonaro de “irresponsável”. Witzel disse que assinaria qualquer tipo de nota contra as afirmações. As palavras do presidente foram vistas como uma interferência indevida em imposto que não lhe diz respeito, e a visão é a de que é preciso levantar limites.

Seu chapéu

Dos 27 governadores, 23 assinaram a nota conjunta nesta segunda (3) sugerindo que, em vez do ICMS, Bolsonaro cortasse tributos federais que incidem sobre os combustíveis.

Quadrado

Mais do que um discurso político, lideranças regionais queixam-se de que o ICMS dos combustíveis representa 20% da arrecadação dos estados. Propor reduzir a cobrança seria “populismo” no momento em que muitos Estados estão em crise fiscal.

Empurra

A Economia tem a expectativa de que o secretário Salim Mattar trabalhe lado a lado com Martha Seillier, que desembarca no ministério junto com o PPI (Programa de Privatização e Parcerias), para acelerar as privatizações, empacadas no primeiro ano da gestão Bolsonaro.

Roda presa

A ideia de que o PPI na Casa Civil era o que atrasava os planos de Paulo Guedes não encontra respaldo no próprio governo. Membros da Esplanada afirmam que a Economia sequer iniciou estudos para vender estatais que já estão com a privatização autorizada, como Correios e Casa da Moeda.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Data: 04/02/2020

Seção: Poder

Autor:

Título: Onyx descarta reforma ministerial e afirma que Weintraub fica

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou nesta segunda-feira (3) que o presidente Jair Bolsonaro não pretende promover uma reforma ministerial e que o titular da Educação, Abraham Weintraub, permanecerá no cargo.

“Não, na nossa conversa de sábado (1º) eu abordei esse assunto e ele [Bolsonaro] foi muito firme em me dizer não. ‘Não quero mudar ninguém, estou satisfeito com o desempenho de todos’. Eventualmente pode ter claro uma questão aqui ou acolá, isso é normal”, disse Onyx, em entrevista à Rádio Gaúcha.

Weintraub está sob forte pressão em razão da crise decorrente de problemas nas notas do Enem.

O chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Jorge Oliveira, corroborou a fala do colega e ainda negou que Onyx tenha tido seus poderes esvaziados por Bolsonaro.

“O ministro Onyx permanece. A Casa Civil é a locomotiva do governo”, disse. Ricardo Delia Coletta e Julia Chaib

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Data: 04/02/2020

Seção: Mercado

Autor: Eduardo Cucolo

Título: Estados rebatem Bolsonaro sobre gasolina

São Paulo - Em resposta às críticas de Jair Bolsonaro, que responsabilizou os estados pela manutenção do preço da gasolina em níveis elevados, governadores

pediram nesta segunda-feira (3) ao presidente que reduza os tributos federais sobre combustíveis e reveja a política de preços da Petrobras.

“Consideramos que o governo federal pode e deve imediatamente abrir mão das receitas de PIS, Cofins e Cide, advindas de operações com combustíveis”, diz o documento assinado por 22 dos 27 governadores, incluindo todos os estados do Sul, do Sudeste e do Nordeste. Ficaram de fora da lista Distrito Federal, Goiás, Rondônia, Acre e Tocantins.

“O governo federal controla os preços nas refinarias e obtém dividendos com sua participação indireta no mercado de petróleo —motivo pelo qual se faz necessário que o governo federal explique e reveja a política de preços praticada pela Petrobras”, afirmam os signatários.

No domingo (2), o presidente publicou mensagens nas redes sociais afirmando que vai encaminhar ao Congresso um projeto de lei para que o ICMS de combustíveis, recolhido pelos estados, tenha um valor fixo por litro.

O presidente culpou os chefes dos executivos estaduais pelo fato de os valores não baixarem nas bombas, apesar de reduções anunciadas pela Petrobras nas refinarias.

“Pela terceira vez consecutiva, baixamos os preços da gasolina e diesel nas refinarias, mas os preços não diminuem nos postos por quê?”

“Porque os governadores cobram, em média, 30% de ICMS sobre o valor médio cobrado nas bombas dos postos e atualizam apenas de 15 em 15 dias, prejudicando o consumidor”, respondeu em seguida.

Os governadores dizem que o ICMS sobre combustíveis responde por, em média, 20% do total da arrecadação desse imposto nas unidades da Federação e que 25% do tributo é repassado aos municípios. Dizem também que o impacto é de 15% no preço do combustível ao consumidor e que, segundo o pacto federativo na Constituição, não cabe à esfera federal estabelecer tributação sobre consumo.

“Nos últimos anos, a União vem ampliando sua participação ante os Estados no total da arrecadação nacional de impostos e impondo novas despesas, comprimindo qualquer margem fiscal nos entes federativos”, dizem os governadores.

Com coronavírus, petróleo cai a menores níveis em um ano

Os preços do petróleo recuaram para os menores níveis em mais de um ano nesta segunda-feira (3), uma vez que o surto de coronavírus reduziu a demanda pela

commodity na China, enquanto abre espaço para possíveis cortes de produção pela Opep. O Brent valia US\$ 54,32, e o WTI, referência nos EUA,

US\$ 50,12, menores cotações desde janeiro do ano passado.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Data: 04/02/2020

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Em greve, petroleiros iniciam vigília em frente à Petrobras

Rio de Janeiro - Um grupo de petroleiros paranaenses decidiu acampar em frente à sede da Petrobras, no centro do Rio, em protesto contra as demissões previstas com o fechamento da fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados. Dentro do edifício, sindicalistas mantêm uma ocupação.

Parte da categoria está em greve desde o início da madrugada de sábado (iº). Eles pedem que a Petrobras recue no projeto de fechar a Araucária Nitrogenados e questionam medidas adotadas na gestão dos trabalhadores. Segundo a FUP (Federação Única dos Petroleiros), há mobilizações em 24 unidades do Sistema Petrobras em 13 estados, incluindo refinarias, terminais e plataformas de petróleo. Eles calculam que 14,7 mil pessoas tenham aderido ao movimento.

A estatal diz, porém, que a paralisação não afeta suas operações. “O movimento grevista iniciado no último sábado não gera impactos na produção nem no abastecimento do mercado”, afirmou a empresa, em comunicado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/02/2020

Seção: Mercado

Autor: Adriana Fernandes

Título: Estados rejeitam plano de Bolsonaro para combustíveis

Governadores de 23 Estados e do DF reagiram à proposta Lançada pelo presidente de alteração na forma de cobrança do ICMS

Brasília - Governadores de 23 Estados e do Distrito Federal reagiram ontem à proposta do presidente Jair Bolsonaro de encaminhar um projeto ao Congresso para alterar a forma de cobrança do ICMS que incide sobre a gasolina e o diesel para reduzir os preços ao consumidor final.

Em carta conjunta, os governadores afirmam que o ICMS é a principal receita dos Estados para a manutenção de serviços essenciais à população, como segurança, saúde e educação. Eles reclamam que esse debate tem de ser feito de forma responsável e no fórum adequado.

Segundo apurou o Estado, os governadores ficaram irritados com o presidente por querer interferir num tributo que não é de responsabilidade do governo federal. A proposta do presidente é considerada populista ao tentar colocar no colo dos Estados uma responsabilidade dos preços altos para enfraquecê-los nas próximas eleições. Eles cobram que Bolsonaro deveria trabalhar para reduzir a tributação federal sobre os combustíveis e não propor mudanças com o “chapéu alheio” em ano de eleição.

“Os governadores têm enorme interesse em viabilizar a diminuição do preço dos combustíveis. No entanto, o debate acerca de medidas possíveis deve ser feito nos fóruns institucionais adequados e com os estudos técnicos apropriados”, diz a carta, que foi divulgada pelo governo de São Paulo. A nota tem tom crítico, mas não ataca diretamente o presidente.

O presidente anunciou a proposta no domingo na sua conta no Twitter, o que causou grande desconforto nos governadores, já que o ICMS é um tributo dos Estados.

No post, o presidente propõe a incidência de um valor fixo de ICMS por litro, e não mais sobre a média de preço cobrado nos postos. “Os governadores cobram, em média, 30% de ICMS sobre o valor médio cobrado nas bombas dos postos e atualizam apenas de 15 em 15 dias, prejudicando o consumidor”, escreveu Bolsonaro.

A expectativa é que outros governadores integrem a lista. Até a publicação deste texto, participam do comunicado conjunto os governadores de SP, RJ, MA, AP, PI, SE, ES, BA, RS, MT, PA, SC, PR, AL, MS, RN, PE, RR, CE, AM, MG, PB e DF.

Pesos. Os governadores sugerem que o governo reduza os seus tributos, que têm impacto de cerca de 15% no preço final do combustível ao consumidor. “Consideramos que o governo federal pode e deve imediatamente abrir mão das receitas de PIS, COFINS e CIDE, advindas de operações com combustíveis”, recomenda a nota.

Os governadores afirmam que o ICMS sobre combustíveis responde por, em média, 20% do total da arrecadação deste imposto nas unidades da Federação e que 25% do tributo é repassado aos municípios. Afirmam também que o impacto é de cerca de 15% no preço final do combustível ao consumidor.

Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o imposto estadual representa 28% do preço da gasolina na bomba, e os tributos federais, 16%. O preço gasolina para o produtor responde por 30% do preço ao consumidor. O etanol que é misturado no combustível, mais 13%. Margens e custo de transportes respondem pelos outros 13%.

Os governadores cobram de Bolsonaro que reveja a política de preços da Petrobrás. “O governo federal controla os preços nas refinarias e obtém dividendos com sua participação indireta no mercado de petróleo - motivo pelo qual se faz necessário que o governo federal explique e reveja a política de preços praticada pela Petrobrás”.

Na carta, destacam que, segundo o pacto federativo constante da Constituição, não cabe à esfera federal estabelecer tributação sobre consumo. Eles defendem a realização de uma reforma tributária que respeite esse princípio.

O assunto deverá ser debatido na próxima reunião do fórum de governadores, que deverá ocorrer no dia 11 fevereiro.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/02/2020

Seção: Economia

Autor: Glaucete Cavalcanti e Capetti

Título: Manchete: Empresas brasileiras já perderam R\$ 54,4 bi em valor

Impacto nas Gigantes

Epidemia na China derruba valor de exportadores do Brasil na Bolsa

Com uma pauta de vendas ao exterior concentrada em commodities, o Brasil já sente o reflexo da epidemia do coronavírus nas ações de algumas das principais exportadoras. Entre o último dia 23 de janeiro e ontem — quando o quadro se agravou e a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou emergência de saúde internacional devido ao aumento do número de casos da doença, que já resultou em mais de 360 mortes — cinco grandes empresas brasileiras perderam R\$ 54,4 bilhões em valor de mercado, segundo dados compilados pela consultoria Economática. Para especialistas, isso reflete o temor de um freio na economia global.

— O que estamos vendo agora é um impacto de preço das ações. É muito mais o mercado reagindo e se antecipando a uma notícia ruim do que uma desaceleração econômica propriamente dita — afirma Adriano Cantreva, sócio da Portofino Investimentos.

Segundo dados do Ministério da Economia, a China representou 28% das exportações do Brasil em 2019, mais que o dobro da fatia dos EUA, segundo principal destino do comércio exterior do país, com 13%. Entre os principais produtos exportados para a China estão soja, óleo bruto de petróleo, minério de ferro, celulose e carne bovina.

PETRÓLEO EM QUEDA

Bartolomeu Braz, presidente da Aprosoja Brasil, que reúne os produtores do grão no país, destaca que a oscilação que o coronavírus traz para o mercado financeiro representa risco para as commodities: — O prejuízo neste momento está mais na derrubada das Bolsas porque isso traz impacto às companhias. Se os investidores tiram dinheiro da Bolsa, isso prejudica as negociações da próxima safra e pode mexer no preço das commodities.

Mais de 77% da soja exportada pelo Brasil entre janeiro e novembro de 2019 seguiram para a China, segundo a Aprosoja, gerando uma receita de US\$ 19,5 bilhões. O setor, no entanto, diz Braz, não deve sentir efeitos nas vendas internacionais neste semestre.

— Os embarques seguem normais porque são contratos de longo prazo. Mais de 70% da soja desta safra, com entregas até agosto, já estão negociados — destaca Braz.

Como há espaço para uma recuperação da economia chinesa e contratos de compra de matéria-prima têm longa duração, o impacto nas empresas pode não aparecer no balanço, diz Henrique Esteter, analista da Guide Investimentos.

— Algumas empresas têm contratos garantidos por um período, e acabam não tendo impacto tão forte no balanço. Mas, no geral, poderão ter.

Para José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), a crise do coronavírus fará com que as empresas brasileiras se adaptem a um novo cenário de mercado: — Que vai haver queda de preços das commodities é certo, a dúvida é se vai haver queda de preço e da quantidade demandada. Se houver os dois, as empresas vão perder duplamente. Com a redução da compra de matéria-prima, produções e exportações serão impactadas.

Há setores em que o efeito é mais claro. A China já reduziu em 20% seu consumo diário de petróleo. Com isso, o preço do barril do óleo tipo Brent fechou o dia de ontem cotado a US\$ 53,80, o menor patamar desde o fim de 2018.

Com 78% das exportações de petróleo destinadas ao país, a Petrobras viu seu valor de mercado recuar em R\$ 17 bilhões em 12 dias. Ontem, seus papéis ordinários (ON, com direito a voto) e preferenciais (PN, sem direito a voto) fecharam com perda de 1,12% e 0,95%, respectivamente.

Procurada, a Petrobras afirmou que os preços internacionais e fluxos se ajustarão naturalmente e que a companhia está pronta para se adequar a um eventual novo cenário. Uma alternativa será a busca de novos mercados, reforçando a oferta para a Europa.

A Vale, que tem 41,7% de sua receita líquida vindos da venda de minério de ferro para a China, registra queda de R\$ 23,5 bilhões em valor desde o dia 23 de janeiro.

No caso da mineradora, porém, é preciso destacar que o período avaliado ocorre logo após o Ministério Público de Minas Gerais denunciar o ex-presidente da companhia Fabio Schwartsman e outras 15 pessoas pelo desastre ocorrido em Brumadinho em 25 de janeiro de 2019.

PROTEÍNA ANIMAL EM ALTA

A Vale informou que os embarques para a China seguem normais, e que é cedo para medir se haverá impacto.

Na contramão, empresas de proteína animal, como BRF e JBS, ainda que tenham perdas na Bolsa por ora, devem ser beneficiadas com a liquidação do rebanho de matrizes de suínos na China em razão da peste suína africana, que atingiu o país asiático nos últimos meses.

— Houve um pânico no setor frigorífico, mas é um setor que ainda vai se beneficiar esse ano, dada a escassez de oferta. A peste suína vai ter um impacto muito maior do que o coronavírus no setor — diz Esteter, da Guide.

O setor vê a oportunidade: — Em 2019, a peste suína africana fez as exportações de aves do Brasil para a China subirem 34%; as de carne suína, 61%. Com o surto de Influenza Aviária agora, a demanda vai subir. O coronavírus faz da segurança alimentar um pilar fundamental na China, que buscará produtos seguros — diz Francisco Turra, à frente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

Na semana passada, a JBS anunciou acordo com o WH Group para distribuição das marcas Friboi e Seara na China. Espera movimentar até R\$ 3 bilhões em negócios por ano.

Procurada, a empresa não comentou. Já a BRF disse que monitora riscos e oportunidades na região asiática.

A Suzano, do setor de papel e celulose, foi contatada, mas não comentou a perda de valor de mercado, pois está em período de silêncio antes da divulgação de resultados.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/02/2020

Seção: Economia

Autor: Ancelmo Gois

Título: Poxa, Petrobras

Desde a lei aprovada pela Alerj, em setembro, a PGE-RJ passou a publicar a lista dos maiores devedores do Rio. Entre as empresas, 2020 começou com a Petrobras no topo da lista de endividados: pendência de R\$ 9,2 bilhões. Na sequência, vêm Refinaria de Manguinhos (R\$ 4,3 bi), distribuidora Arrows (R\$ 2,3 bi), CSN (R\$ 1,9 bi) e Light (R\$ 1,4 bi).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 04/02/2020

Seção:

Autor:

Título: PPI terá secretaria

O Ministério da Economia decidiu dar status de secretaria especial ao Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que foi transferido da Casa Civil para o ministério de Paulo Guedes na semana passada pelo presidente Jair Bolsonaro. A pasta decidiu, contudo, manter Martha Seillier à frente do programa, que cuida das privatizações do governo federal.

O anúncio de que o PPI será transformado em uma secretaria especial do Ministério da Economia, que já conta com outras sete secretarias desse tipo, foi feito ontem à noite, depois que Guedes se reuniu, por mais de duas horas, com Martha Seillier e o secretário especial de Desestatização, Desinvestimentos e Mercados, Salim Mattar.

Mattar era cotado para assumir o programa no lugar da atual secretária, visto que já faz o mapeamento das empresas que podem entrar na lista de privatizações do PPI. Foi Mattar, por sinal, que apresentou, na semana passada, o programa de privatizações que o governo pretende executar neste ano. A ideia é realizar desinvestimentos de 300 ativos — entre eles, Agência Brasileira Gestora

de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), Casa da Moeda do Brasil (CMB) e Empresa Gestora de Ativos (Emgea) — para arrecadar R\$ 150 bilhões.

Viagem

A exoneração de Martha Seillier chegou a ser cogitada por conta da crise da Casa Civil. É que ela também estava no jato da Força Aérea Brasileira (FBA) que levou o então número dois da pasta, Vicente Santini, ao Fórum Econômico Mundial de Davos. A viagem incomodou Bolsonaro e provocou a demissão de Santini, desencadeando também rumores sobre uma possível reforma ministerial.

Contudo, parece ter pesado o lado técnico. Formada em direito e economia pela Universidade de Brasília, a secretária já foi CEO da Infraero e assessora-chefe da Casa Civil, onde integrou a equipe que participou da elaboração das propostas de reforma trabalhista e previdenciária.

Martha, porém, preferiu não falar com a imprensa após a reunião com Paulo Guedes. Mattar também não deu pistas do que foi discutido na ocasião. O Ministério da Economia informou, em nota, que “a diretriz dada pelo ministro Paulo Guedes é maximizar esforços conjuntamente com a Secretaria de Desestatização, Desinvestimentos e Mercados para acelerar o programa de privatização de empresas estatais”.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 04/02/2020

Seção:

Autor:

Título: Greves afetam Petrobras, Casa da Moeda e Dataprev

Paralisações e protestos de funcionários têm se ampliado em órgãos públicos e empresas estatais. No final de semana, empregados da Petrobras iniciaram uma greve por tempo indeterminado. Ontem, os trabalhadores da Casa da Moeda cruzaram os braços para impedir a empresa de retomar o programa de demissões.

Segundo especialistas, o quadro pode se agravar nos próximos meses. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) contabilizou a adesão de 15 mil profissionais, em 10 estados, ao movimento grevista da categoria. No Rio, diretores da FUP ocupam uma sala do edifício-sede da Petrobras. Os petroleiros querem a suspensão do programa de demissões de mil funcionários de uma refinaria no Paraná, programada para o próximo dia 14.

Por meio de nota, a Petrobras reiterou que o movimento em algumas de suas unidades “é injustificado, uma vez que o acordo coletivo de trabalho foi assinado por todos os sindicatos em novembro de 2019 e as negociações previstas estão seguindo curso normal”.

Na Casa da Moeda, funcionários fizeram greve de advertência de 24 horas e paralisaram a produção de passaportes. Eles protestam contra a proposta de privatização da empresa e discordam de mudanças feitas pela direção em alguns benefícios.

Estoques

Pela página oficial, a companhia informou que, “está com suas atividades normais”. Sobre a produção de passaportes, cédulas e moedas, além do plano de contingenciamento, disse que “tem estoques suficientes para mitigar eventuais riscos no cumprimento dos prazos contratuais”.

Na Dataprev, uma greve começou em 31 de janeiro em resposta às informações sobre a privatização e a redução de 15% da força de trabalho, ainda esse mês. O governo federal pretende demitir 494 dos 3,36 mil funcionários. Os grevistas querem que os desligados sejam remanejados para o INSS, que passa por uma crise no atendimento.

Em nota, a direção da Dataprev informou que a privatização e o encerramento das unidades têm sido divulgados como pautas do movimento de greve, mas não há formalização, até o momento. “A empresa está trabalhando para negociar o fim da greve e manter a prestação dos serviços preservada, e fazendo um levantamento sobre o impacto do movimento, mas ainda não possui dados consolidados.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 04/02/2020

Seção:

Autor:

Título: Reação a mudar ICMS

Em comunicado conjunto, governadores assinaram uma carta criticando a proposta do presidente Jair Bolsonaro de mudar a forma de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis para

baratear os preços de venda ao consumidor. Pela proposta, o tributo teria um valor fixo por litro, e não seria mais cobrado como percentual do preço de venda.

“Os governadores dos estados têm enorme interesse em viabilizar a diminuição do preço dos combustíveis. No entanto, o debate acerca de medidas possíveis para o atingimento deste objetivo deve ser feito nos fóruns institucionais adequados e com os estudos técnicos apropriados”, diz o documento, que foi divulgado pelo governo do estado de São Paulo. Até o fim da tarde de ontem, a carta havia sido assinada por 22 chefes de executivos estaduais.

Segundo o presidente, o sistema atual de arrecadação impede que as reduções no preço dos combustíveis nas refinarias cheguem ao consumidor. De acordo com ele, os estados cobram, em média, 30% de ICMS sobre o valor médio cobrado nas bombas dos postos, segundo uma tabela atualizada de 15 em 15 dias, prejudicando o consumidor. “Como regra, os governadores não admitem perder receita, mesmo que o preço do litro nas refinarias caia para R\$ 0,50 o litro”, disse Bolsonaro, em postagem nas redes sociais, na noite de domingo.

Paulo Tavares, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF), disse que vê a proposta com bons olhos, mas acredita que ela terá dificuldade de passar no Congresso. “Essa é uma pauta que nós, revendedores, estamos discutindo há muito tempo. Acho interessante, mas quanto mais o preço do combustível sobe, mais os governadores arrecadam. E eles não querem perder arrecadação. O Congresso é movido a parlamentar e a governador. Se essa proposta passar, vai ser a melhor coisa do mundo”, afirmou.

O documento dos governadores reclama que, nos últimos anos, o governo federal vem ampliando a participação na arrecadação nacional de tributos e sugere que o Planalto abra mão de parte das receitas de PIS, Cofins e Cide, que incidem sobre os combustíveis. Além disso, defende a mudança na política de preços da Petrobras.

O Correio procurou o Conselho Nacional de Política Fazendária, formado pelos secretários estaduais de Fazenda, e o Ministério da Economia, que não quiseram comentar o assunto.

*Estagiários sob supervisão de Odail Figueiredo

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 04/02/2020

Seção:

Autor:

Título: Mercado S/A

Impostos 1:

O vilão do preço dos combustíveis. O governo federal vem quebrando a cabeça em busca de soluções para baixar o preço dos combustíveis. Uma das sugestões enfrenta forte oposição dos estados: mexer no ICMS, tributo que é chave na arrecadação dos governos estaduais – em alguns casos, chega a representar mais de 20% das receitas com impostos. A discussão esconde o problema real que faz o ICMS pesar no preço de bomba: as distorções provocadas pelo chamado PMPF (Preço Médio Ponderado Fiscal), que serve como baliza para a definição do valor sobre o qual a alíquota do tributo irá incidir. O PMPF é atualizado a cada duas semanas, quando pesquisas em bombas de combustíveis realizadas pelas secretarias estaduais da Fazenda calculam o preço que será a base de aplicação da alíquota de ICMS. O exemplo do Rio de Janeiro é claro: de janeiro de 2015 a dezembro de 2019, o PMPF da gasolina no estado disparou 49,03%. Enquanto isso, a alíquota do ICMS subiu 9,7%.

Impostos 2:

ANP diz que solução é alíquota única. A questão é complexa, mas há soluções possíveis. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) defende que os estados estabeleçam uma alíquota fixa – conhecida no mercado como monofásica – de ICMS sobre os combustíveis, assim como um Preço Médio Ponderado Final (PMPF) em reais e não em percentual. No último domingo, o presidente Jair Bolsonaro afirmou pelo Twitter que vai encaminhar ao Congresso um projeto de lei para que o ICMS tenha um valor fixo por litro.

MME / ASCOM